

Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico em Pelotas entre 1970 e 1980.

Knack, Eduardo Roberto Jordão.

Cita:

Knack, Eduardo Roberto Jordão (2017). *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico em Pelotas entre 1970 e 1980. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/335>

PARA PUBLICAR EN ACTAS

63. Historia cultural de la ciudad. América Latina siglo XX

Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico em Pelotas entre 1970 e 1980

KNACK, Eduardo Roberto Jordão¹

No início de 2000, a revista *Pelotas Memória* (MAGALHÃES, 2001, p.3) afirmava que "em Pelotas, a arquitetura é bem diversificada. Os prédios antigos convivem lado a lado com os prédios modernos." Essa situação de convivência entre os prédios "antigos" e os "modernos" configurando a paisagem urbana da cidade não foi constituída por um processo natural, como se a história apenas tivesse seguido seu caminho. A partir da revisão de literatura sobre urbanização e a constituição do patrimônio histórico de Pelotas, as décadas de 1970 e 1980 foram estipuladas, no presente trabalho, como um momento decisivo para constituição desse caráter dúbio entre modernidade e passado. Esse momento marca o ápice de um processo de modernização urbana, que tem raízes ainda no início do século XX, mas que adquire outros elementos e outras representações entre 1950-1970, e que proporcionou uma experiência moderna de compreensão e da relação da comunidade com o tempo, pautada pelo progresso e pela aceleração da experiência temporal, configurando um "regime de historicidade" presentista.

Um regime de historicidade, de acordo com Hartog (2013, p.28) pode ser compreendido de dois modos: "em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado" e em uma acepção ampla pode designar "a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana." Portanto, é possível afirmar que entre 1970 e 1980 em Pelotas estão em jogo no mínimo duas concepções sobre como tratar o passado, especialmente em relação ao passado materializado em edificações urbanas. Uma experiência progressista, de aceleração, que está focada no presente, nas transformações e na construção de uma cidade moderna e, já em fins de 1970, uma outra percepção, que proporciona as primeiras ações sistemáticas de preservação do patrimônio arquitetônico, voltada para uma memória edificada na cidade.

No início de 1970, na revista *Destaques Pelotas*, o apelo ao à modernização é muito claro. As novas indústrias, as atividades comerciais que se desenvolviam sob a

¹ Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

atuação "eficiente de nossos órgãos de administração municipal que se preocupam com o crescente progresso" (ROCHA, 1970, p.1) eram exaltadas como representações progressistas de uma cidade em pleno crescimento. Nas páginas 6 e 7 dessa revista, são apresentadas duas fotografias de "arranha-céus", com a seguinte descrição:

Esta é a Princesa do Sul, a segunda cidade do Rio Grande do Sul. Da cultura de seu povo, da beleza de suas filhas e da hospitalidade de sua gente, muito se tem falado. Pelotas cidade está muito diferente do que quando aqui chegaram os primeiros colonizadores: os velhos casarões foram substituídos pelos arranha-céus, o asfalto substituiu as carreteiras e a princesa tradicional transformou-se em uma moderna cidade. (ROCHA, 1970, p.7).

A modernização do presente deixa claro uma ruptura com a "princesa tradicional". A verticalização, a criação de novos núcleos habitacionais, a pavimentação, a industrialização e a criação de um distrito industrial alteravam a paisagem urbana e eram valorizadas como representação dessa nova cidade. (ROCHA, 1970, p.9). A introdução de novos elementos na paisagem urbana era celebrado no início da década de 1970, juntamente com o desenvolvimento da indústria e do comércio, atividades consideradas pilares de uma cidade progressista que se encontrava em pleno desenvolvimento. Os "destaques" do ano de 1970 eram, de acordo com os responsáveis pela revista:

São as novas indústrias que surgem, aumentando o nosso parque industrial e são as velhas que se atualizam, que se desenvolvem, acompanhando o ritmo acelerado do século vertiginoso que vivemos. São atuações eficientes dos nossos órgãos de administração municipal que se preocupam com o crescente progresso desta terra e com o bem estar de seu povo. (ROCHA, 1970, p.1).

Industrialização, aceleração, progresso, constituíam palavras-chave para os administradores pelotenses na década de 1970. A verticalização era destaque desse momento, símbolo do progresso municipal, como demonstra o elogio tecido ao novo prédio do Banco do Brasil: "Um majestoso prédio de 14 pavimentos passava a integrar e valorizar a paisagem urbana da segunda cidade do Rio Grande do Sul". (ROCHA, 1970, p.26). Esse processo de modernização vai encontrar resistência a partir de 1978, com a mobilização de setores da sociedade que estavam preocupados em salvaguardar um conjunto de edificações desse processo de remodelação da área central em particular.

Nesse sentido, a presente comunicação procurar tecer algumas considerações sobre a atribuição de valor à paisagem urbana em Pelotas na década de 1970 enquanto cidade moderna e verticalizada, o que demarca uma certa experiência temporal

presentista (regime de historicidade), em contraposição com os anos 1980, quando tem início, de forma intensificada, o processo de patrimonialização na cidade e a preservação de uma memória edificada, especialmente na área central, o que configura a emergência de uma outra experiência temporal, que valoriza e observa outros elementos como centrais para valorização do centro urbano, além da verticalização e modernização, bem como as relações entre a construção memorial e visual de 1970 com a conformação e preservação de um centro histórico em 1980.

Os prédios preservados como patrimônio histórico sobreviveram aos impulsos de modernização, e, embora nunca tenham deixado de fazer parte do cotidiano dos munícipes e nem desaparecido de publicações comemorativas ou da imprensa, o valor atribuído a eles na década de 1980, momento em que um processo de patrimonialização acentuado se espalha pelo centro urbano, é diferente daquele atribuído em décadas anteriores, quando a verticalização e a modernização se configuravam como valores adequados para uma cidade que procurava se afirmar como moderna. Como Horta (2011, p.276) indica, "os remanescentes do passado que chegaram até nós são documentos ou testemunhos dos sucessivos instantes do movimento histórico-cultural." Importa perceber o valor atribuído aos bens patrimoniais preservados em 1980, pois lançam um novo olhar para a paisagem urbana, diferente daquele que valorizava a arquitetura moderna como representação do progresso e da modernidade.

Concordando com D'Alessio (2012, p.79), "a prática de registro dos acontecimentos ou ausência dela revela o tipo de relação com o tempo desenvolvido por grupos ou sociedades." Assim, enquanto em praticamente boa parte do século XX as experiências que foram valorizadas no espaço urbano foram aquelas que dizem respeito a modernização, e, de forma mais intensa, a partir de 1950, com a introdução de novos elementos arquitetônicos na paisagem urbana, a partir de 1980 o desejo de preservar, registrar o patrimônio indica uma ruptura com essa concepção de tempo ao emergir movimentos, políticas e intenções preservacionistas. Bem como o desejo de modernizar a cidade ensejou uma ruptura com experiências típicas do século XIX. Camadas memoriais que se sobrepõem no mundo urbano, se encontram e desencontram na forma da paisagem da cidade, especialmente na área central.

Importante ressaltar que a busca pela preservação do patrimônio não está limitada apenas ao resgate de memórias e experiências do passado. Os mecanismos de preservação da memória patrimonial também estão relacionados com projeções de futuro, "numa complexa imbricação entre lembrar e imaginar o devir como um

horizonte de espera." (FERREIRA, 2011, p.104). Essas considerações possibilitam pensar em diferentes experiências temporais relativas ao espaço urbano em Pelotas, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Entre 1950 e 1970, quando a modernização imprimia um ritmo de aceleração, de progresso, o presente e o futuro emergiam em publicações, imprensa e documentos políticos, enfatizando transformações na paisagem urbana para tornar a cidade moderna. Embora, nesse momento, presente e futuro adquirissem uma importância fundamental, o passado nunca foi deixado de lado, mesmo que representações de modernidade constituíssem o valor ideal a ser atribuído ao município. Até início de 1980, não existia uma efetiva preocupação com a preservação de edificações na cidade, pois a experiência da modernidade não permitiu, ou não enfatizava essa necessidade. Como assinala Berman (1986, p.98):

O *phatos* de todos os monumentos burgueses é que sua força e solidez material na verdade não contam para nada e carecem de qualquer peso em si; é que eles se desmantelam como frágeis caniços, sacrificados pelas próprias forças do capitalismo que celebram. Ainda as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizadas para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas.

A introdução da arquitetura moderna, impulsionada por transformações técnicas e associada ao desenvolvimento econômico e urbano ignorou e reformulou aspectos da paisagem urbana pelotense anteriores a 1950 em nome de um progresso presente e futuro². A partir de 1980, quando emerge o debate em torno da preservação do patrimônio histórico, o passado (especialmente elementos que o ímpeto de modernidade procurou superar e até romper) ganha um significado renovado e especial em relação a paisagem urbana, mas sem deixar de lado um horizonte futuro. Tem início uma "busca memorial" (FERREIRA, 2011, p.103), como Candau (2005) denomina, um "mnemotropismo", uma efervescência patrimonial, que seleciona edificações que não possuíam valor exultante na construção da cidade moderna e verticalizada na década de 1970. Ao preservar esses bens, lança o passado ao futuro, pois optou-se por salvaguardar determinadas edificações para que sobrevivessem aos ímpetos de forças que atuavam na remodelação urbana, especialmente na área central.

Dessa forma, a categoria "regimes de historicidade" pode contribuir para elucidar o significado que a busca patrimonial ocorrida em 1980 representa para cidade e como isso pode ser entendido como um momento de crise nas interpretações sobre a

² Sobre a introdução da arquitetura moderna e transformações urbanas em Pelotas consultar os trabalhos de BASTOS, 2013; BOTELHO, 2013; CATHARINA, 2012.

experiência temporal local. Para Hartog (2013, p.11-12), "um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias", e sua observação permite compreender "a condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo." Cabe ressaltar que não existe apenas uma forma de interpretação e ordenação das categorias temporais em determinado tempo e espaço, o regime de historicidade não é uma categoria monolítica que define um período da história. Partindo dessas considerações, entre 1970 e 1980 em Pelotas é possível apontar a existência de diferentes maneiras de encadear as categorias temporais, que revelam diferentes experiências e historicidades de grupos da sociedade.

Por isso é possível falar em uma crise de historicidade nessas duas décadas, e o patrimônio, ou o processo de patrimonialização é um indício desse momento crítico, que revela mudanças nas formas como uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo. Mais do que isso, estava em transformação a forma que uma comunidade se percebe e se situa temporalmente. Em Pelotas, as iniciativas em torno da preservação patrimonial que ocorrem entre os anos 1980 se dão em duas escalas diferentes, a partir do SPHAN e do poder público local (mobilizado por grupos preservacionistas da comunidade).³ É importante notar, concordando com Prats (2006), que a patrimonialização ocorrida em nível local atende a interesses e lógicas diferentes daquelas que ocorrem em um nível nacional ou universal. Questões políticas, alcance territorial da administração, competição entre localidades e, especialmente, na valorização diferenciada que atores locais atribuem aos bens em vias de tombamento são pontos que diferenciam processos de tombamentos em escala micro daqueles que se desenrolam em escalas macro. (PRATS, 2006, p.192).

³ Conforme observam Schlee (2008) e Oliveira e Silveira (2014), em 1961 foi proposto o tombamento federal do Teatro Sete de Abril pelo SPHAN, o que só ocorreu em 1972 e, posteriormente, em 1984 o mesmo órgão também tombou a Caixa d'Água da Praça Piratinino de Almeida e iniciou estudos de definição do entorno dos monumentos preservados na Praça Cel. Pedro Osório, o que irignou a Portaria IPHAN nº9 de 1986. Mas uma ação sistemática de preservação só teve início em 1980 quando foi implantado o II Plano Diretor de Pelotas (lei nº2565/1980), mas ressaltando que esse plano também estimulou a renovação urbana da área central. Em 1982 foi instituída a lei nº2708, que regulamentou o tombamento a nível local e criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), que realizou um inventário de bens à serem tombados em parceria com a UFPel e o SPHAN, sendo tombados os seguintes entre 1983-1987: Mercado Público, Prefeitura Municipal, Clube Comercial, Grande Hotel, Conservatório de Música, Instituto de Ciências Humanas (Escola Eliseu Maciel), Instituto de Letras e Artes, Residência da Família Mendonça, Residência do Barão da Conceição, Solar da Baronesa e o Jockey Club.

Contexto e memória constituem a chave do património local. O contexto deve determinar o *quê* e *para quê* e, portanto, o *como* e o *quando*, o sentido último de qualquer actuação neste campo (ou em qualquer outro). A memória constitui o mais constante e relevante dos patrimónios a nível local (à margem, ou não, do valor outorgado a determinados referentes da criatividade, testemunhos históricos do poder, ou das origens, ou paisagens e ecossistemas singulares). (PRATS, 2006, p.197).

Nesse sentido, é fundamental esclarecer o contexto em que ocorre o processo de patrimonialização. O tombamento desses bens não pode ser dissociado de um contexto de modernização do espaço urbano que dominava o município e transformava a paisagem urbana. Esse contexto conduz a um momento crítico, levando determinados grupos a reagirem e promoveram "activações patrimoniais" (PRATS, 2006) em respostas a intensificação de transformações, especialmente na área central. Esse contexto, e a memória, ou a metamemória (CANDAUI, 2005; 2012), é marcada por uma crise em termos de experiência temporal. O património tombado nesse período tanto resulta desse contexto memorial, como é indício dessa crise. O contexto urbano que se apresentou em fins de 1970 e em 1980 determinou o *quê* ainda poderia ser tombado, revelando um interesse de determinados atores que se distanciavam daqueles que defendiam a modernização, a arquitetura moderna e a especulação imobiliária, pois as edificações da área central não representavam o mesmo tipo de valor (simbólico e econômico). Como Montaner e Muxí (2014, p.159) destacam:

Em todo fenómeno de transformação urbana, produz-se um processo similar que, independentemente do conflito de interesses económicos e das pautas definidas pelo poder municipal ou estatal, sempre é resolvido no terreno das decisões: o que se mantém, o que se transforma, o que se destrói e como se executam esses processos. Por isso, a questão do património arquitetónico, urbano e paisagístico é tão capital e sintomática.

Assim, entre 1950 e 1970 o que se escolheu como símbolo de progresso foi a arquitetura moderna, os altos prédios que alteraram a paisagem urbana, impondo edifícios compostos por centros comerciais, escritórios e de habitações multifamiliares que se espalharam pela cidade, com maior ênfase na área central, espaço supervalorizado pelo mercado imobiliário. Essa imposição no centro do município foi fundamentada na legitimação de um imaginário progressista que se instaurava desde os primórdios do início do século XX, quando se procurou romper com o passado colonial e afirmar Pelotas como cidade moderna. A intensificação das transformações urbanas

entre 50 e 70 se apoiou nesse imaginário já consolidado em álbuns e periódicos locais⁴, em uma memória do progresso e da modernização. Mas essa "estratégia sistemática de desalojamento de pessoas e de patrimônio tem como contraponto as lutas de movimentos sociais e urbanos." (MONTANER; MUXÍ, 2014, p.168).

Nesse sentido, determinados grupos reagiram contra a emergência de uma "cidade genérica" (KOOLHAAS, 2010; MONTANER; MUXÍ, 2014), que valorizava representações de progresso na paisagem urbana (verticalização, aspectos da arquitetura moderna) que não eram apenas simbólicos, mas com uma força econômica, defendida por agentes do mercado imobiliário, de associações comerciais e industriais. O que esse conflito revela, além de interesses políticos e econômicos agindo e moldando a paisagem urbana, são diferentes valores atribuídos ao contexto e a memória local. Riegl (2013, p.14-15), em suas considerações sobre os valores atribuídos aos monumentos, destaca acertadamente que "o sentido e a importância dos monumentos não cabem às próprias obras em virtude da sua determinação originária, mas somos nós, modernos, quem lhes atribuí." Em Pelotas, essa valorização do patrimônio arquitetônico ganhou impulso com a divulgação da Carta de Pelotas em 1978, formulada a partir de um encontro de arquitetos do Rio Grande do Sul:

A Carta de Pelotas, firmada em 21 de abril de 1978 pelos arquitetos do Rio Grande do Sul, fazia parte de um movimento mais amplo, que buscava a documentação e o registro do patrimônio ambiental urbano, bem como o esclarecimento público sobre a importância de preservar esses acervos. Nessa perspectiva, além do documento resultante - a Carta de Pelotas - a proposta do grupo de arquitetos contemplava a conscientização sobre a preservação patrimonial e a divulgação das discussões contemporâneas sobre o tema. (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014, p.579).

Além de observar diferentes valores atribuídos a diferentes edificações (antigas versus modernas) em conflito em 1980, não é possível dissociar a atribuição de valor ao patrimônio arquitetônico tombado nesse período da modernização que alterava a paisagem urbana. Cabe discutir os possíveis e diferentes tipos de valores atribuídos a essas edificações (valor histórico, em função da singularidade e representatividade de um passado; o valor de antiguidade, em função de preservar antigas tradições) e sua relação com o valor de memória para a comunidade. De qualquer forma, a preservação legal desses bens foi desencadeada em virtude das transformações urbanas que

⁴ Ver os trabalhos de MICHELON, 2001; 2004; DEVANTIER, 2013.

impulsionavam alterações em inúmeras cidades do estado e do país, e Pelotas não fugia desse contexto.

Concordando com Poulot (2009, p.199), o patrimônio ocupa "uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre a identidade e nas políticas do vínculo social." O patrimônio contribui para estabelecer um imaginário, uma representação de um grupo, comunidade, tanto em uma escala local como nacional. Empreender políticas de patrimonialização implica construir tais representações e estabelecer vínculos sociais pautados em marcos sociais de memória (HALBWACHS, 2006) que se tornam "sociotransmissores" de uma "metamemória" (CANDAUI, 2005; 2012), representações que os indivíduos ou grupos produzem sobre um conjunto de lembranças consideradas importantes para serem transmitidas a outras gerações.

A atenção, o estudo e as políticas de preservação do patrimônio ocorreram, como indica Choay (2006, p.179), por um "efeito de diferença", que só ocorreu em função da modernização que assolou Pelotas entre 1950-1970, proporcionando a emergência de uma percepção sobre a "cidade antiga" que sobrevivia aos impulsos de construção da "cidade moderna", ambas ocupando e convivendo no mesmo espaço urbano. "A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante." (CHOAY, 2006, p.179-180). Dentro desta perspectiva de compreensão do patrimônio, é necessário indagar, pesquisar os discursos patrimoniais produzidos em 1980 para perceber o sentido da "patrimonialização" e da "valorização" dos bens tombados nessa década.

Como Choay (2006, p.212) aponta, a "valorização" torna-se uma palavra chave (e ambígua) para compreender os movimentos de preservação do patrimônio. A atribuição de valor ao patrimônio é o cerne da questão, pois justifica seu tombamento frente aos impulsos de modernização que são indicativos de uma outra experiência com o tempo que transforma a paisagem urbana. Ao propor o tombamento de edificações, tanto algumas que já estavam incorporadas ao centro, como outras que compunham um conjunto arquitetônico mais amplo, um centro histórico é formado, mas em sua relação com modernas edificações que o cercam e interferem na constituição de uma paisagem urbana que mescla experiências temporais diferentes inscritas na pedra.

A paisagem não é apenas um repouso dos sentidos, é obra da mente. Compõem-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. (SCHAMA, 1996, p.17). As edificações que compõem a paisagem urbana não são apenas amontoados de

edifícios que sobreviveram a passagem do tempo. São camadas memoriais que remetem a diferentes experiências na história da cidade. Como Costa e Serres (2016, p.160) afirmam, é na paisagem "que se manifestam as múltiplas camadas de significados atribuídos à memória(s) e à identidade(s) dos diferentes grupos." A velocidade das transformações imprimidas entre as décadas de 1970-1980 levou a uma modificação, pelo trabalho de determinados grupos, na percepção sobre como deveria ser organizada a imagem do centro urbano. O patrimônio, ao ser preservado, é incorporado a paisagem urbana, produzindo uma fusão daquilo que foi considerado "histórico", com o que foi considerado "moderno". Essa fusão é indício dessa crise de regimes de historicidades que ocorreu em Pelotas nos anos 1980.

Enquanto em 1970 ocorreu uma intensa atribuição de valor aos elementos entendidos como exemplos do progresso (da modernização, da aceleração), característicos da "modernidade pesada - a modernidade obcecada pelo volume, uma modernidade do tipo 'quanto maior, melhor', 'tamanho é poder, volume é sucesso'". (BAUMAN, 2001, p.144). Essa modernidade característica do início do século XX deixou marcas profundas ao longo do 1900, especialmente em cidades do interior do estado que, desde 1950, valorizavam esses elementos (tamanho, volume) como sinônimos do progresso.⁵ Esses elementos, incorporados na paisagem urbana, foram considerados representações do novo, do progresso, frente aos velhos edifícios remanescentes do século XIX ou das primeiras décadas do século XX.

Um exemplo que caracteriza a mudança no regime de historicidade presentista que valorizava elementos vinculados ao progresso são as publicações organizadas pelo memorialista Nelson Nobre Magalhães nos anos finais da década de 1980. As revistas *Menestrel* e *Pelotas Memória* apresentam uma outra visão da cidade, um olhar diferente daquele que caracterizava a revista *Destaques Pelotas* em 1970. Esse momento preservacionista representa uma outra percepção da historicidade que volta sua atenção ao passado materializado na arquitetura que estava desaparecendo. É possível perceber uma crise do presentismo que havia marcado a percepção do espaço urbano entre 1970 e 1980. Assim, o organizador deixava claro o propósito de suas publicações:

O nosso objetivo é reavivar o passado com suas múltiplas nuances! Neste primeiro fascículo apresentamos momentos históricos e revelamos, através de fotografias, aspectos bucólicos e poéticos. Pelotas, hoje, é um centro

⁵ Em artigo publicado (KNACK, 2013) foram analisadas representações da modernidade em publicações comemorativas de cidades do interior do Rio Grande do Sul, como Passo Fundo, Erechim, Ijuí, Cruz Alta.

desenvolvido. Por todos os lugares percebe-se traços do progresso, mas permanecem na sua geografia urbana marcas do passado na suntuosidade de seus velhos casarios, muitos, lamentavelmente, descaracterizados, violentados pela insensibilidade. Em respeito a nós mesmos, invocamos o passado sem perdermos a consciência do progresso! (MAGALHÃES, 1989a, p.3).

Essas revistas, ao mesmo tempo em que resultam dessa crise do regime de historicidade presentista, também são interpretações desse momento. Resultam e constituem interpretações dessa reação contra o intenso progresso que modificou a paisagem urbana de Pelotas, transformações que atingiram seu ápice entre 1970 e 1980. Pelotas encontrava-se em uma encruzilhada entre o progresso e o passado, entre a aceleração de transformações urbanas e o sentimento de abandono da história edificada em suas construções. "Vez que outra nos sentimos preocupados, pois o patrimônio público da cidade nesse século sofreu duros golpes. A favor do progresso, Pelotas se vê descaracterizada!" (MAGALHÃES, 1989b, p.3). O memorialista ainda se preocupa em apontar em detalhes essa descaracterização:

Possuímos inúmeras provas e já nesse fascículo, revelamos algumas:

- Depredação da canaleta da Argolo;
- A retirada dos canteiros arborizados da Rua Gen. Osório;
- A retirada das bancas de peixe do mercado (eram de mármore);
- Substituição dos postes e bancos da Pça. Cor. Pedro Osório (os primeiros vindos da França);
- Desvio do curso do Arroio Sta. Bárbara, etc.

Fora os casarios que, na corrida imobiliária, foram destruídos na calada da noite. (MAGALHÃES, 1989b, p.3).

O "casario", e os outros detalhes que o memorialista indica sempre existiram, constituindo elementos do passado em meio ao processo de transformações urbanas da cidade. Mas a partir da década de 1980 passam a ser compreendidos como um patrimônio público, um passado que deve ser valorizado e preservado frente ao progresso. Não são mais apenas os símbolos da cidade moderna que permeiam a paisagem urbana, pois o olhar para a cidade também é social, e está vinculado aos problemas e questões do presente. Enquanto em 1970 parecia natural valorizar a verticalização, a industrialização, sinônimos do desenvolvimento, em 1980, com a emergência do patrimônio, a valorização do passado entra em cena, e a convivência entre os prédios antigos e modernos passa a ser inevitável.

Referências

BASTOS, Michele Souza. *Arquitetura ausente: o centro histórico de Pelotas, RS (1835-2011)*. (Dissertação de Mestrado). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOTELHO, Daniel Moraes. *Nos telhados de Pelotas/RS: revelando rasgos no espaço urbano através de fotografias e cartões postais*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CATHARINA, Roberta Taborda Santa. *Ordenanças urbanas e ideia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX*. (Dissertação de Mestrado). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. In: *Patrimônio & Memória*. São Paulo, UNESP, v.12, n.1, 2016.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio o papel do historiador. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, 20, 2012.

DEVANTIER, Vanessa da Silva. *Visões do urbano: a rua XV de Novembro, Pelotas/RS*. (Dissertação de Mestrado). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: *Aurora revista de arte, mídia e política*. São Paulo. n.10, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes P. Educação Patrimonial. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Cidades em álbuns comemorativos: história, memória e visualidade. In: *Revista Latino-Americana de História*. v.2.n7, 2013.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

- MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Pelotas Memória*. v.I. Pelotas: 1989a.
- MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Pelotas Memória*. v.II. Pelotas: 1989b.
- MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Pelotas Memória* Passeando Pelotas. Ano 12, nº1, 2001.
- MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2001.
- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SILVEIRA, Aline Montagna da. A preservação patrimonial em Pelotas: um olhar sobre a sua trajetória (1955-2014). In: RUBIRA, Luís. (org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. v.3. Pelotas: Pró-Cultura-RS/Editora João Eduardo Keiber ME, 2014.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRATS, Llorenç. Ativações turístico-patrimoniais de carácter local. In: PERALTA, Elsa; ANICO, Marta. (orgs.). *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- ROCHA, Miguel Tarnac da. *Destaques Pelotas 1970*. Pelotas: 1970.
- SACHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. Pela Memória de Pelotas. Como sempre! In: *I colóquio sobre história e historiografia da arquitetura brasileira*. Brasília, 2008.